

12.10 A Comissão de Seleção reserva-se no direito de mudar o meio eletrônico ou o cronograma da seleção em virtude de fatos impeditivos ou inesperados que porventura impeçam a boa realização do Processo Seletivo, avisando previamente os candidatos, via publicação de Edital.

12.11 Os casos omissos e as dúvidas de interpretação das normas reguladoras do processo seletivo, porventura suscitadas, deverão ser enviados para o e-mail: [processoseletivotjto@gmail.com](mailto:processoseletivotjto@gmail.com), com Assunto “Casos Omissos” ou “Dúvida” e, ao Presidente da Comissão do Processo Seletivo.

12.12 Os casos omissos e as dúvidas de interpretação das normas reguladoras da contratação, porventura suscitadas, deverão ser encaminhados, por escrito, ao Diretor Geral do Tribunal de Justiça, por meio do e-mail [digep@tjto.jus.br](mailto:digep@tjto.jus.br) ver com DIGEP.

12.13 Este Edital revoga o Edital nº 311, de 1º de setembro de 2021, publicado no Diário da Justiça nº 5035, de 1º de setembro de 2021.

13 DO CRONOGRAMA

ETAPAS	DATA / DOCUMENTAÇÃO / LOCAL
Publicação do Edital	1º de setembro de 2021
Republicação do Edital (corrigido)	2 de setembro de 2021
Impugnação ao Edital	3 a 6 de setembro de 2021
Inscrição e preenchimento do barema eletrônico (Etapa 1)	13 a 19 de setembro de 2021
Publicação dos candidatos inscritos em ordem classificatória – resultado provisório da Etapa 1 e resposta à impugnação ao Edital (Vagas ampla concorrência, PCD e PPP)	29 de setembro de 2021
Prazo para interposição de Recurso	30 de setembro a 1º de outubro de 2021
Prazo para interposição de Recurso PCD e PPP	30 de setembro a 1º de outubro de 2021
Publicação dos candidatos inscritos em ordem classificatória – resultado definitivo da Etapa 1 e convocação para Etapa 2 (Vagas ampla concorrência, PCD e PPP)	8 de outubro de 2021
Etapa 2 – envio da documentação comprobatória	11 a 17 de outubro de 2021
Divulgação do resultado provisório da Etapa 2	5 de novembro de 2021
Prazo para interposição de Recurso	8 e 9 de novembro de 2021
Divulgação do resultado final do processo seletivo	23 de novembro de 2021

Palmas-TO, 2 de setembro de 2021.

Desembargador **JOÃO RIGO GUIMARÃES**  
Presidente

ANEXO I

Formulário Barema para área de atuação: Analista de Governança em TI

REQUISITOS MÍNIMOS PARA ANALISTA JUDICIÁRIO – CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO				
I – Diploma de Nível Superior Completo Graduação ou Tecnólogo, na área de Tecnologia da Informação (Alínea A)			Não juntou – Eliminado	
ATRIBUIÇÃO DE PONTOS – Analista de Governança em TI				
Alínea	Título	Valor de cada título	Limite de títulos	Pontuação Máxima
A	Graduação ou Tecnólogo na área de Tecnologia da Informação	40	1	40
B	Pós-graduação <i>stricto sensu</i> em qualquer área do conhecimento – mestrado ou doutorado	3	1	3